

**NOTAS ETNOGRÁFICAS SOBRE A
SAÚDE WARAO EM MOSSORÓ-RN
ENTRE VULNERABILIDADES E LUTA
POR DIREITOS DIFERENCIADOS**

Eva Lígia de Oliveira*
Lindemberg Mendes Eufrásio†
Maria Edna Silva
Maria Luiza da Silva Gomes email‡
Rita Lúcia Félix de Freitas**
Eliane Anselmo da Silva††
Raoni Borges Barbosa‡‡

Resumo: Este estudo tem como objetivo relatar as experiências da Equipe de Saúde da Família no atendimento aos indígenas Warao em Mossoró/RN e refletir sobre as vulnerabilidades e lutas por direitos que caracterizam essa comunidade. O estudo está inserido na temática da saúde indígena e migração forçada, considerando os desafios do acesso à atenção primária diante das barreiras linguísticas, culturais, socioeconômicas e político-jurídicas enfrentadas pelos indígenas venezuelanos de etnia Warao. Adotou uma abordagem qualitativa, fundamentada na antropologia etnográfica, com observação participante e análise documental. Quanto à metodologia, está ancorado nos campos da Antropologia, dos estudos de interculturalidade (Bartolomé, 2017; Lima, 2020, 2022) e das relações interétnicas (Barth, 2000 [1976]; Oliveira, 1976; Cohen, 1978 [1974]; Eriksen, 1991, 2002). Os resultados evidenciaram que, desde 2019, as equipes da Estratégia Saúde da Família vêm conquistando a confiança da comunidade Warao, possibilitando avanços na assistência, apesar dos desafios estruturais. Concluímos que as dinâmicas interculturais e interétnicas representam um obstáculo constante para a efetivação do cuidado em saúde, tornando essencial a mobilização de diferentes atores sociais para melhorar o acesso e a qualidade da atenção primária.

Palavras-chave: cultura indígena Warao; saúde, direitos diferenciados, vulnerabilidades e direitos diferenciados; Mossoró-RN.

* Bacharela em Ciências Sociais pela UERN. Especialista em Saúde da Família pela UFRN. Agente Comunitária de Saúde da Unidade Básica de Saúde Sinharinha Borges.

† Enfermeiro da Unidade Básica de Saúde Sinharinha Borges.

‡ Bacharela em Nutrição. Bolsista FUNCITERN.

** Assistente Social da Unidade Básica de Saúde Sinharinha Borges.

†† Doutora em Antropologia. Professora efetiva da UERN. Coordenadora do Grupo de Estudos Culturais da UERN. Coordenadora do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas – NEABI/UERN. E-mail: elianeanselmo@uern.br.

‡‡ Doutor em Antropologia. Pesquisador bolsista DCR-CNPq FAPEPI. Vice-coordenador do Grupo de Pesquisa sobre Identidades Coletivas, Conhecimentos Tradicionais e Processos de Territorialização da UFPI. E-Mail: raoniborgesbarbosa@gmail.com.

ETHNOGRAPHIC NOTES ON
WARAO HEALTH IN MOSSORÓ-RN
BETWEEN VULNERABILITIES AND THE
STRUGGLE FOR DISTINCT RIGHTS

Abstract: This research aims to document the experiences of the Family Health Strategy teams in delivering care to the Warao indigenous people in Mossoró, RN, and to critically examine the vulnerabilities and struggles for rights that define this community. Situated within the fields of indigenous health and forced migration, the study addresses the challenges of accessing primary care in the context of the linguistic, cultural, socioeconomic, and political-legal barriers faced by Venezuelan indigenous people of Warao ethnicity. A qualitative approach was employed, rooted in ethnographic anthropology, involving participant observation and document analysis. The study draws on the disciplines of Anthropology, intercultural studies (Bartolomé, 2017; Lima, 2020, 2022), and interethnic relations (Barth, 2000 [1976]; Oliveira, 1976; Cohen, 1978 [1974]; Eriksen, 1991, 2002). The findings indicate that, since 2019, the Family Health Strategy teams have gained the trust of the Warao community, facilitating improvements in healthcare delivery despite persistent structural challenges. The study concludes that intercultural and interethnic dynamics remain substantial barriers to the effective provision of healthcare, highlighting the critical need for the mobilization of diverse social actors to improve both access to and the quality of primary care.

Keywords: Warao indigenous culture; Health, differentiated rights, vulnerabilities and differentiated rights; Mossoró-RN.

1 INTRODUÇÃO

As equipes da Estratégia Saúde da Família, da Unidade Básica de Saúde Sinharia Borges, na cidade de Mossoró/RN, acompanham os indígenas venezuelanos de etnia Warao desde 2019, quando chegaram no território de abrangência do município. Trata-se de uma população de intensa prática migratória e rotatividade espacial e em vulnerabilidade social em razão de barreiras linguísticas, culturais, socioeconômicas e político-jurídicas que se traduzem no imediato da experiência cotidiana de pauperização, precariedade e violência nos contextos simbólico-interacionais em que moram e trabalham. Esses fatores são ainda determinantes para o adoecimento continuado dessa população. O presente trabalho, nesse sentido, propõe relatar as experiências da Equipe de Saúde junto aos Warao, em cujo processo assistencial a confiança de grande parte deles foi sendo conquistada; e apresentar breve reflexão antropológica sobre as vulnerabilidades e lutas por direitos que caracterizam a comunidade Warao em Mossoró-RN.

O objetivo do presente artigo é relatar nossa compreensão da realidade de saúde dessa população indígena, no sentido ainda de tentar mobilizar e corresponsabilizar os diversos atores e agentes sociais aí envolvidos, tais como a Assistência Social, o CRAS, a Saúde e a Educação, para produzir mudanças significativas nos modos de gerir o cuidado que permita a melhoria do acesso e da qualidade da atenção primária à saúde dessa população em vulnerabilidade social, assim como para responder e fortalecer demandas diretamente relacionadas aos determinantes sociais de saúde que se expressam no cotidiano desse grupo.

Passados quatro anos de contato com os Warao no interior do nosso território, tivemos alguns avanços e conquistamos a confiança da maioria deles, facilitando o envolvimento e a participação dos indígenas nos trabalhos de prevenção e promoção à saúde. Isso tem contribuído para um melhor entendimento entre a equipe e os refugiados Warao, no sentido do respeito aos seus costumes e crenças. Os indígenas Warao residem em um espaço cedido pela instituição filantrópica Lar da Criança Pobre, localizado na Avenida Alberto Maranhão, no bairro Barrocas, na cidade de Mossoró-RN. Podemos afirmar que o trabalho das equipes de saúde têm sido uma constante busca de compreensão cultural, preocupada com o bem-estar dessa população que sofre todas as consequências da migração e do refúgio no Brasil contemporâneo.

Entendemos, a partir da perspectiva antropológica, este norte moral de busca da compreensão da cultura do outro não somente como uma postura protocolar e superficial, mas como um exercício ativo e desafiador de promoção da interculturalidade, isto é, da fertilização recíproca das culturas em confronto. Do ponto de vista teórico, portanto, situamos a pesquisa no campo da Antropologia e dos estudos de interculturalidade (Bartolomé, 2017; Lima, 2020, 2022) e das relações interétnicas (Barth, 2000 [1976], Oliveira, 1976, Cohen, 1978 [1974], Eriksen, 1991, 2002), pois entendemos que as dinâmicas interculturais e interétnicas têm sido um desafio constante para a efetivação dos trabalhos das equipes da Estratégia Saúde da Família.

O contato dos profissionais de saúde e antropólogos com os indígenas Warao envolve a mobilização de diversidade cultural e étnica, de modo que esses grupos e segmentos apresentados agem a partir de suas cosmovisões, identidades, linguagens e interesses. Nesse diapasão, as divergências, tensões, equívocas, negociações e conflitos que demandam o exercício da interculturalidade

nos processos recíprocos de tradução dos modos culturais de ação e de rationalidade em jogo são parte do cotidiano relacional. A interculturalidade, grosso modo, é importante por ser “uma maneira de se comportar, de conviver procurando manter relações simétricas e de valorizar e fortalecer as identidades étnicas para que os povos indígenas se apresentem e façam frente aos conflitos que a diversidade produz” (Beltrão, 2018, p. 275).

Em termos metodológicos, a pesquisa valeu-se de visitas domiciliares com orientações e rodas de conversa com os Warao, tentando conscientizá-los da importância da prevenção e promoção da saúde. Ressaltamos que todos os relatos partem do estranhamento cultural da equipe de saúde junto aos Warao. Assim, orientações sobre higiene pessoal e coletiva ocorrem sistematicamente, pois a equipe tem se deparado com situações insalubres que, como consequência, provocam doenças, afetando principalmente as crianças. No período do inverno, as orientações da prevenção das arboviroses e o cuidado com os reservatórios de água foram reforçados. Orientações para as gestantes irem até a UBS fazerem o acompanhamento do pré-natal ocorrem também corriqueiramente, mas dificilmente elas comparecem, sendo necessário realizar a consulta do pré-natal no abrigo Warao, o que leva os profissionais da saúde a improvisarem maneiras de como assisti-los. Aqui enfatizamos etnograficamente que, na cultura dos indígenas Warao, as mulheres operam outras noções de planejamento familiar, e, em consequência disso, elas engravidam com frequência. Além disso, costumam parir em suas casas, não procuram a maternidade e ainda escondem o recém-nascido quando as equipes de saúde chegam ao abrigo. Nesse sentido, quando encontradas situações mais complexas com alguém no abrigo, encaminham-se as demandas para a equipe da Estratégia Saúde da Família, sempre a postos e mobilizam-se a assessoria e a peritagem dos antropólogos compromissados com a cultura Warao.

2 INTERCULTURALIDADE E DIREITOS DIFERENCIADOS: A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA WARAO EM MOSSORÓ-RN

A reflexão a seguir buscou valer-se de impressões e relatos de campo da equipe de saúde junto à comunidade Warao de Mossoró-RN e do acúmulo teórico dos antropólogos que têm realizado pesquisa naquele campo etnográfico desde 2019. Nesse sentido, trechos bastante pitorescos das anotações, apontamentos

e relatos cotidianos dos profissionais de saúde foram abaixo reproduzidos com o fito de suscitem provocações sobre a atual situação de vulnerabilidade imposta vivenciada pelos Warao enquanto grupo etnicamente diferenciado em situação de refúgio em abrigamento urbano improvisado. Com efeito, essas provocações apontam para a importância do exercício da interculturalidade e da luta pela efetivação dos direitos diferenciados dos indígenas para a sua construção cidadã no Brasil.

De pronto, enfatizamos como a equipe de saúde rememora o processo de tomada de contato com os Warao:

Depois de quatro anos em nosso território, os indígenas são mais receptivos com a equipe de saúde, quando chegamos ao abrigo. Quando acontece algum imprevisto que nós, enquanto profissionais da saúde, não conseguimos resolver, acionamos o CRAS, Assistência Social e a Educação, mesmo que algumas vezes não tenhamos respostas satisfatória. Quando chegamos no abrigo, em muitos momentos, encontramos as mulheres Warao construindo lindos artesanatos, e ficamos observando as habilidades que elas têm no manuseio de construir peças artesanais lindas, como pulseiras, colares e outros. Orientamos da importância de eles divulgarem e mostrarem seus artesanatos, que pode ser uma das fontes de renda para ajudar as famílias, como também destacar o talento e o trabalho dessas mulheres, que são invisíveis para a sociedade. Temos nos esforçados e dado o nosso melhor, para conquistar a confiança deles, a fim de estimular uma convivência mais harmônica e de confiança entre a equipe e os indígenas Warao. Também são “pedintes” em alguns sinais de trânsito, saindo todas as manhãs de casa para o centro da cidade de Mossoró, e a equipe tem se organizado para realizar ações educativas e de atendimento ao grupo indígena nos horários da tarde, para dar a oportunidade de todos participarem. É muito gratificante, quando conseguimos fazer o nosso trabalho com dedicação e alcançar o êxito nos resultados, e, acima de tudo, com relação aos indígenas, da confiança que estamos conquistando deles a cada dia, a cada visita, a cada cuidado para com eles. Em cada visita domiciliar, é um novo aprendizado, uma troca de conhecimento, de conexão de culturas e idiomas diferentes, mas, com paciência e uma escuta de olho no olho, através de gestos, conseguimos passar as informações necessárias, compreendendo que o entendimento dos indígenas é diferente do nosso.

Os profissionais de saúde tomaram ciência, já nos primeiros contatos com os Warao, que a questão ali envolvida ultrapassava o previsto no art. 196footnote:[“A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação” (Brasil, 1988).] da CF/88 (o direito universal à saúde), abarcando todo o rol de direitos e garantias positivados nos arts. 5^ofootnote:[“Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes [...]” (Brasil, 1988).] e 6^ofootnote:[“São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados” (Brasil, 1988).] da Carta Magna de 1988, isto é, o pleno direito à cidadania e à cultura que caracterizam a atual fase de contato e a relação interétnica entre a sociedade circundante brasileira e os povos e as comunidades tradicionaisfootnote:[De acordo com o Decreto nº 6.040/2007 (Brasil, 2007), os Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais (PCTs) são definidos como: “Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas geradas e transmitidos pela tradição”].

A Constituição Federal de 1988, enquanto base principiológica dos direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais, impõe o paradigma jurídico da cidadania universal, superando os antigos paradigmas exterminacionista e assimilaçãoista que norteavam a relação do Estado nacional e da sociedade que envolve a diferença e diversidade étnico-cultural. Nesse sentido, a Constituição Federal de 1988 refunda democraticamente o Estado republicano brasileiro ao definir para todo cidadão, inclusive para os indígenas e outras minorias,

Direitos e Garantias Fundamentais (*dignidade, cidadania, liberdade, igualdade, solidariedade, intimidade, propriedade, bem de todos sem preconceitos e discriminações, Direitos Humanos, autodeterminação dos povos, paz, devido processo legal, repúdio ao terrorismo e racismo e tortura*) e Direitos Sociais amplos (Saúde, Educação, Lazer, Trabalho, Transporte, *Cultura...*);

União legisla sobre Direitos Indígenas; as terras tradicionalmente ocupadas por indígenas são bens da União; Justiça Federal e Ministério Público se incumbem da proteção jurídica dos povos indígenas;

A Ordem Econômica reconhece o valor do trabalho e a defesa do meio ambiente ecologicamente equilibrado;

Garantia da língua materna e de processos próprios de aprendizagem na Educação Indígena; proteção e valorização das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras;

Direito dos povos indígenas à Cultura (organização social, costumes, línguas, crenças e tradições) e reconhecimento dos direitos originários (Indigenato) sobre as terras que tradicionalmente ocupam;

Extinção do poder tutelar sobre os povos indígenas, que passam a configurar como parte legítima em juízo, com direitos e interesses reconhecidos (Brasil, 1988).

Munduruku (2012), renomado intelectual indígena e indigenista, reconhece na promulgação da Carta Magna de 1988 uma conquista radical do movimento indígena organizado no sentido da construção da cidadania dos povos tradicionais. Essa conquista se concretizou após décadas de luta em movimentos, organizações, sindicatos e aldeias indígenas espalhadas por todo o país com a assessoria da sociedade civil organizada. A luta pelo direito diferenciado dos indígenas e pela superação da vulnerabilidade social imposta pelo Estado colonial brasileiro, portanto, são pilares da redemocratização do sistema político nacional.

Os Warao, com efeito, devem ser considerados de modo abrangente como venezuelanos migrantes e refugiados, no sentido da percepção de direitos, mas sempre como indígenas, haja vista que constituem um dos povos originários mais antigos das Américas, sendo, assim, respaldados pelo ordenamento jurídico brasileiro como *originários*: a etno-história Warao remonta a 8.000 anos de presença na região que compreende atualmente a Venezuela, Guiana e Caribe^{footnote:[Os Warao são um povo indígena da Venezuela que vive, em sua maioria, na região do delta do rio Orinoco, localizado nas imediações do Caribe venezuelano, distribuídos entre comunidades rurais, ribeirinhas e litorâneas e cidades do entorno, compondo os estados de Delta Amacuro, Monagas e}

Sucre. Constituem, assim, o segundo maior povo indígena da Venezuela em termos populacionais, totalizando aproximadamente 49.000 pessoas. Os estudos Antropológicos e Arqueológicos apontam que este território é ocupado pelos Warao há pelo menos 8.000 anos, com indícios de que, em períodos pré-coloniais, sua territorialidade e mobilidade alcançassem as Antilhas, e atualmente existindo ainda na Guiana e no Suriname. O delta do Orinoco se caracteriza pela presença de terras alagadiças e ilhas fluviais, o que dificultou a ocupação colonial, mas não a impediu, assim como a presença de missionários na região. Suas dinâmicas próprias de mobilidade, bem como o encontro com os colonizadores europeus e com populações locais explicariam a fixação numa área geográfica mais definida ao longo dos últimos séculos, relatam ainda Botelho, Ramos e Tarragó (2017, p. 6.). A atual questão Warao, em regime de diáspora no Brasil, atinge aproximadamente dez mil indígenas migrantes e refugiados, desde 2014 (Barbosa; Silva, 2022). Configura-se, aí, um fenômeno extraordinário de mobilidade humana estrangeira no cotidiano de muitas cidades brasileiras (Silva, 2020; Silva; Barbosa, 2020) a partir da ultrapassagem da fronteira norte e que se espalha paulatinamente por todas as regiões do país (Barbosa; Lima, 2023).

A chegada dos Warao em Mossoró-RN, em 2019, logo chamou a atenção de autoridades públicas, de intelectuais comprometidos com a pauta dos Direitos Humanos e de antropólogos da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, com destaque para a atuação da Profa. Dra. Eliane Anselmo da Silva. Nesse sentido, pode-se afirmar que equipes de assistência em saúde, educação, moradia, alimentação, regularização de documentos e promoção de renda básica têm sido acompanhadas pela atuação da referida antropóloga. Os relatos abaixo, portanto, remontam parcialmente esse encontro etnográfico que tem se materializado entre os Warao e a equipe de saúde, em diálogo com antropologia local:

- o contato com a medicina ocidental, na forma de vacinas para prevenção e controle epidêmico, foi um desafio para a cosmologia Warao e sua história tão fortemente traumatizada por abusos sofridos por parte dos brancos, de modo que demandou uma ação dialógica sistemática ainda em curso:

Dialogamos com frequência com a antropóloga que os acompanham, a Dra. Eliane Anselmo, sobre as decisões a tomar com relação à saúde dos indígenas. As crianças já aceitam que façamos antropometria nelas, para sabermos se alguma criança se encontra com baixo peso e ficarmos atentos aos cuidados. Quando algum deles adoece com algum problema, eles solicitam consultas e atendimento odontológico, sempre procuramos agendar os atendimentos a essa população e priorizar as necessidades e peculiaridades de cada um. Depois de alguns anos de trabalho de orientação, de conscientização, de prevenção e promoção à saúde, conseguimos fazer a vacinação em crianças, adolescentes, idosos e alguns adultos Warao, sendo também a vacinação uma exigência da escola e do programa do Bolsa Família – das crianças estarem com a caderneta de vacinação atualizada. Orientamos aos pais darem muito banho nas crianças, fazer compressas com água gelada nas pernas das crianças que receberam a vacina, mas lembramos que os indígenas não têm energia elétrica no abrigo disponível durante o dia e, assim, não têm acesso à água gelada. A médica passou um antitérmico para o caso de as crianças apresentarem reações às vacinas, em caso de febre ou dor. Explicamos que é normal algumas crianças apresentarem reações depois de tomarem algumas vacinas, para eles ficarem tranquilo. Ficamos acompanhando e realizando visitas diárias, e, no dia seguinte à vacinação, algumas apresentaram reações, e os pais estavam cuidando com o antitérmico. Mas uma das crianças estava mancando da perna, apresentando inchaço e dores, então, enquanto Agente Comunitária de Saúde, juntamente com minha colega Edna, fui à casa de uma comunitária, pedi uma vasilha com água e gelo, levei para a família Warao, pedi um pano, molhei na água gelada e fiz compressa na perninha da criança, e ensinei aos pais ficarem fazendo o restante do dia. E, quando returnei, no dia seguinte, a criança estava correndo, brincando pelos corredores.

- Em relação à saúde bucal, a equipe de saúde deparou-se com o desafio de acessar o contato com as crianças do abrigo:

Realizamos orientações sobre a higiene bucal, a importância de escovar corretamente os dentes após as refeições e, no final, entregamos

os kits a cada uma das crianças presentes. Percebemos que os povos Warao têm muitos problemas nos dentes. Percebemos nos sorrisos e orientamos da importância de eles fazerem consulta com a dentista. Agendamos no horário mais oportuno para eles irem até a Unidade Básica. Deixamos o horário exclusivo para o atendimento aos indígenas para que possamos oferecer um atendimento humanizado a essa população. Tentamos explicar detalhadamente tudo que será feito: que alguns precisam fazer anestesia para realizar o procedimento; algumas vezes é preciso retirar o dente, porque está muito estragado. Alguns dos indígenas não conseguem deixar realizar o procedimento de extração dentária. As crianças ficam um pouco assustadas, mas, com muita conversa e acolhimento, eles conseguem deixar a dentista fazer uma restauração ou limpeza nos dentinhos.

- A saúde da mulher e a saúde materno-infantil constituem, ainda, territórios sensíveis no contato com os Warao, pois o corpo da mulher/mãe e da criança/filho implicam noções êmicas profundamente arraigadas na cosmologia animista Warao, não podendo ser simplesmente subsumidos na ontologia naturalista ocidental que pensa a materialidade corpórea humana como individualidade mortal e terrena, ainda que espiritualizada em variadas matrizes religiosas (para efeitos não científicos):

Realizamos orientação às gestantes e familiares da importância das consultas de pré-natal, de fazer os exames solicitados e de procurar a Maternidade para fazer o parto acompanhado pelo médico. *Entendemos que, na cultura dos povos indígenas Warao, as mulheres preferem ter os seus filhos em casa, com uma parteira, ou benzedeira, e o pai ajudando no nascimento da criança de parto natural.* Mas tentamos explicar que, dependendo da situação da gravidez, se a gestante tiver com pressão arterial ou diabetes gestacional, é uma gravidez de alto risco, e, somente pelo fato de a mulher ser indígena, já é considerado um parto de alto risco. Diante disso, é necessária uma assistência assistida pela equipe médica da Maternidade, para que o parto ocorra

dentro da normalidade e, tanto a mãe como a criança, recebam o atendimento necessário, e, assim, evitando mortes materno-infantil. Sabemos da importância dessas mulheres parirem na Maternidade, onde as crianças realizam exames importantes para a saúde delas na maternidade mesmo. Após o parto, na cidade de Mossoró-RN, as crianças, antes de ter alta hospitalar, recebem as primeiras vacinas na Maternidade, antes de irem para casa, vacinas importantes como a BCG e a Hepatite B. E, falando das crianças indígenas, a importância de elas receberem a vacina da BCG, que protege contra a tuberculose, que é uma doença de incidência nos povos indígenas Warao. As equipes encontram muitas barreiras no momento de encaminhar uma gestante para a maternidade, como no caso de uma gestante indígena que estava apresentando pressão alta e, depois que convencemos a mesma e seu esposo da necessidade de ir para a maternidade, nos deparamos com situações que fogem das possibilidades de a equipe resolver, como elas não terem como se deslocar até a Maternidade: dizem que não têm dinheiro para pagar um táxi ou outro meio de transporte, sendo necessário, algumas vezes, o enfermeiro se prontificar juntamente com o agente de saúde, de transportar a gestante e um acompanhante até a Maternidade. Também já vivenciamos situações de uma gestante de gemelar chegar o momento de ir para maternidade e não ter encontrado ninguém para acompanhá-la, e, no momento de levá-la para o hospital, por estar apresentando pressão alta, o enfermeiro Lindemberg foi junto das Agentes de Saúde Eva Lígia e Edna, no seu carro, e a Agente de Saúde Eva entrou como acompanhante diante da situação, e a gestante foi direto para a UTI com pré-eclâmpsia. Mas, no final, deu tudo certo, e dois dias depois os gêmeos nasceram. Enquanto isso, a Antropóloga, Dra. Eliane Anselmo, que participou do parto, junto com o Aidamo, providenciavam pessoas do grupo para ficar acompanhando a mesma depois do parto.

Nas visitas domiciliares, orientamos a puérpera da importância de dar continuidade aos cuidados com o bebê, de levar a UBS para fazer o teste do pezinho, mas as mulheres não comparecem com as crianças. A técnica de enfermagem já foi até ao abrigo, conversou com os familiares da criança, tentando convencê-los a deixarem fazer o teste do

pezinho naquele momento, mas não teve sucesso, não permitiram, e a profissional da saúde respeitou a cultura, a decisão e a escolha da família em não aceitar e não achar necessário realizar esse exame no recém-nascido.

- Para além dos esforços no controle epidemiológico via vacinação do grupo e dos cuidados com a saúde bucal e materno-infantil, a equipe de saúde tem dedicado enormes esforços para a higienização de todo o contexto socio-ecológico-territorial urbano precarizado, pauperizado e violento, em que os Warao moram e trabalham, em especial o abrigo:

Realizamos intervenção sobre Arboviroses e Cuidados com os Lixos, no abrigo com os indígenas, e verificamos vasilhames com água nas visitas domiciliares, e orientamos explicando os cuidados com a água que eles têm nos reservatórios para uso diário. As arboviroses têm afetado grande número da população, principalmente no período do inverno, com viroses como dengue, Chikungunya e Zica vírus, sintomas gripais, que afetam alguns indígenas, além das diarreias e vômitos nas crianças, causados pelo aumento de moscas dentro das residências no período do inverno. Estamos sempre orientando a importância de manter o ambiente limpo onde eles residem, pois o acúmulo de lixos no espaço atrai roedores, insetos e mosquitos, o que vai trazer doenças para os indígenas, afetando principalmente as crianças.

A alimentação também tem sido um desafio para a saúde dos Warao. Passando a viver em constante situação de insegurança alimentar no contexto urbano das cidades, eles são obrigados a consumir alimentos industrializados, principalmente refrigerantes, doces, além de frituras e outros alimentos, que, apesar de práticos, não são nada nutritivos e causam risco à saúde.

O circuito de ações e intervenções da equipe de saúde abrange um enorme leque de responsabilidades, que ora se aproximam mais ou menos do assessoramento concreto que os antropólogos podem disponibilizar. Cabe enfatizar que não há hierarquias entre os grupos de profissionais, mas o desejo sincero de coletivamente aprender o exercício da interculturalidade no cotidiano de contato (muitas vezes tenso, conflitual, confuso, contraditório) com os indígenas da etnia Warao e de promover, assim, os seus direitos diferenciados na

construção da cidadania Warao em âmbito local, isto é, o urbano mossoroense enquanto campo histórico de possibilidades.

A equipe de saúde, nesse sentido, comprehende que o exercício da interculturalidade trata, portanto, de diferentes concepções de saúde, doença e cuidado, inseridas em quadros de interpretações e ações socioculturais, o que requer a construção de diálogo intercultural, a fim de possibilitar a negociação de significados na busca pela cura. A construção desse diálogo só se faz possível a partir do reconhecimento dos saberes médicos Warao como tão reais e eficazes quanto os da biomedicina ocidental. Sem que haja respeito às diferenças socioculturais, não se faz possível alcançar interações positivas e tampouco estabelecer campos de comunicação e inteligibilidade mútua entre os indígenas e os profissionais de saúde.

A ausência de atendimento diferenciado em saúde faz com que, muitas vezes, os indígenas vivenciem experiências negativas, que afetam a relação estabelecida com o sistema biomédico da sociedade envolvente brasileira. Ou seja, além de eles deterem uma concepção outra de saúde, a maneira como são tratados nos hospitais, submetidos à realização de procedimentos médicos sem esclarecimento e/ou consentimento prévio, é percebida como uma violência, deixando-os inseguros quanto às ações de saúde. Do mesmo modo, a negação de suas concepções de saúde é entendida como desrespeito, fazendo com que muitas vezes recusem qualquer possibilidade de intervenção ou que deixem o hospital antes da liberação médica.

As equipes da Estratégia Saúde da Família, no entanto, têm se esforçado para garantir o respeito nas abordagens assistenciais e médico-hospitalares aos Warao, bem como aos seus modos de vida e cultura, de ação e de realidade. A constatação empírica de que a diversidade étnica mais radical, consolidada em Mossoró há pelo menos cinco anos com a chegada dos indígenas Warao, implica no exercício da interculturalidade para o fortalecimento da proteção, promoção e recuperação da Saúde dos indígenas inseridos na nossa comunidade tem sido uma tônica do trabalho desses profissionais. E é nesse sentido que a construção da cidadania Warao tem sido compreendida.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A chegada dos venezuelanos refugiados indígenas Warao no território da nossa equipe de saúde, em Mossoró-RN, no ano de 2019, desatou paulatinamente um processo desafiador e impactante de aprendizado intercultural, isso porque não somente não se conhecia em absoluto essa etnia, como também porque até então não se tinha um reflexo relacional de alteridade mais radical que desestabilizasse, em termos de perspectiva cultural, a própria ação profissional de toda equipe aí envolvida.

É um dever cidadão apoiar essa comunidade indígena demograficamente insignificante (jamais ultrapassaram uma centena de membros aparentados) e afirmar institucionalmente que ela possa decidir quais são os melhores caminhos para suas vidas individuais e coletivas, respeitando suas decisões no âmbito de dinâmicas socioculturais, migratórias e sociopolíticas específicas Warao (que ainda estão sob estudo). Mas, para além da boa vontade e empatia e da abertura para aprender e compartilhar saberes etnicamente singulares e historicamente distantes das preocupações do cotidiano, no intuito de colaborar com a inserção cidadã na sociedade envolvente e a percepção de direitos diferenciados desse povo originário, entende-se que a diversidade cultural experimentada em regime de interculturalidade implica respeito e valorização político-jurídico institucional dos Warao quanto língua e cosmovisão, crenças e costumes, tradições e práticas, conhecimentos e técnicas, formas de organização social e parentesco. Trabalhar na garantia de direitos e no acolhimento culturalmente sensível dos indígenas Warao venezuelanos desafia as posturas coloniais e etnocêntricas tão profundamente enraizadas na brasiliade secularmente opressora de indígenas, ainda mais no senso comum do Nordeste, tão mal-acostumado a pensar o indígena como identidade étnica ultrapassada.

A consecução dos relatos em tela, portanto, cujos resultados foram parcialmente apresentados e debatidos ao longo deste artigo, pressiona de forma cidadã que as agências sociopolíticas locais, regionais e nacionais desenvolvam políticas públicas, estratégias e planos que possam assegurar, com eficiência, as necessidades básicas dessa população Warao, priorizando o protagonismo étnico-cultural desse povo em sua atual fase diáspórica no Brasil. E que, nesse sentido, sejam realizados trabalhos de intersetorialidade com equipes multi-profissionais que venham a fortalecer e a garantir o acesso à rede pública e

aos serviços em sua totalidade, contemplando a saúde dos indígenas Warao venezuelanos na cidade de Mossoró/RN.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Raoni Borges; SILVA, Eliane Anselmo. Trauma e remontagem moral-emotiva e técnico-política: algumas lições do encontro etnográfico com os Warao em Mossoró/RN. *In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA*, 33., 2022, Fortaleza-CE. *Anais* [...]. Fortaleza-CE: Associação Brasileira de Antropologia, 2022. Disponível em: <https://www.33rba.abant.org.br/trabalho/view?ID_TRABALHO=1741>. Acesso em: 12 jan. 2024.

BARBOSA, Raoni Borges; LIMA, Carmen Lúcia Silva. A diáspora Warao: itinerários de trauma e de esperança e sociotécnicas urbanas de convivialidade vulnerabilizada. *In: SIMPANTRO: LUTAS POR DIREITOS, HORIZONTES PLURAIS E DIÁLOGOS INTERCULTURAIS*, 4., 2023, Teresina-PI. *Anais do IV SIMPANTRO: lutas por direitos, horizontes pluraes e diálogos interculturais*. Teresina-PI: CCHL/UF-PI, 2023. p. 183-192. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/1f-0ladqO63J-luBNfFt5YN4QsXfMv5uI/view>>. Acesso em: 12 jan. 2024.

BARTH, Fredrik [1976]. Os grupos étnicos e suas fronteiras. *In: BARTH, Fredrik. O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Tradução de John Cunha Comerford. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000. p. 25-67. Disponível em: <<https://www.ppgcspa.uema.br/wp-content/uploads/2018/10/02-BARTH-F.-O-guru-o-iniciador-e-outras-variações-antropológicas.-25-67.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2024.

BARTOLOMÉ, Miguel Alberto. Las identidades imaginadas: algunos problemas del diálogo intercultural en una sociedad plural. *In: MONTARDO, Deise Lucy Oliveira; RUFINO, Márcia Regina Calderipe Farias (org.). Saberes e ciência plural: diálogos e interculturalidade em Antropologia*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2017. p. 125-149. Disponível em: <<https://precog.com.br/bc-texto/obras/2021pack0876.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2024.

BOTELHO, Emília; RAMOS, Luciana; TARRAGÓ, Eduardo. *Parecer Técnico N° 208/2017/SEAP/6ªCCR/PFDC*. Brasília: Ministério Público Federal, 2017.

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 12 jan. 2024.

BRASIL. *Decreto N° 6.040, de 7 de fevereiro de 2007*. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília, DF: Presidência da República, 2007. Disponível em: https://bibliotecadigital.economia.gov.br/bitstream/123456789/911/1/Decreto_nº_6040.htm. Acesso em: 12 jan. 2024.

BELTRÃO, Jane Felipe. Povos indígenas: histórias e histórias sobre políticas afirmativas. In: LIMA, Antonio Carlos de Souza; SANTOS, Luis Felipe dos; RIBEIRO, Gustavo Lins (org.). *Interculturalidade(s): entre ideias, retóricas e práticas em cinco países da América Latina*. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Antropologia; Contra Capa, 2018. p. 269-277. Disponível em: https://www.abant.org.br/files/141_00199316.pdf. Acesso em: 12 jan. 2024.

COHEN, Abner [1974]. *O homem bidimensional: a antropologia do poder e o simbolismo em sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

ERIKSEN, Thomas Hylland. *Ethnicity and Nationalism: antrhropological perspective*. London; Sterlind, VA: Pluto Press, 2002.

ERIKSEN, Thomas Hylland. The cultural contexts of ethnic differences. *Man: Journal of the Royal Anthropological Institute*, v. 26, n. 1, 1991. Disponível em: https://www.academia.edu/2035907/The_cultural_contexts_of_ethnic_differences. Acesso em: 12 jan. 2024.

LIMA, Carmen Lúcia Silva. Interculturalidade e os desafios da inclusão dos Warao. *Revista EntreRios*, Teresina, v. 3, n. 2, p. 137-152, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufpi.br/index.php/entrerios/article/view/12036/6966>. Acesso em: 12 jan. 2024.

LIMA, Carmen Lúcia Silva. Os Warao: vulnerabilização imposta e violação de direitos; em defesa da interculturalidade nas relações. In: LIMA, Carmen Lúcia Silva; CIRINO, Carlos Alberto Marinho (org.). *Os Warao no Brasil: diáspora, políticas e direitos indígenas*. Mossoró, RN: Edições UERN, 2022. p. 89-114. Disponível em: <https://salttheebooks.com.br/wp-content/uploads/2023/12/E-book-Os-Warao-no-Brasil_-diaspora-politicas-e-direitos-indigenas-UERN-1-1.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2024.

MUNDURUKU, Daniel. *O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970-1990)*. São Paulo: Paulinas, 2012.

OLIVEIRA. Roberto Cardoso de. *Identidade, etnia e estrutura social*. São Paulo: Livraria Pioneira, 1976.

SILVA, Eliane Anselmo da. *Os Warao em Mossoró-RN: Projeto de Pesquisa e Extensão*. Mossoró: UERN, 2020.

SILVA, Eliane Anselmo da; BARBOSA, Raoni Borges. Os Warao em Mossoró: notas etnográficas dos primeiros contatos e estranhamentos. *Revista Turismo Estudos e Práticas. GEPLAT* (Caderno Suplementar), n. 5, dez. 2020. Disponível em: <<https://geplat.com/rtep/index.php/tourism/article/view/850/811>>. Acesso em: 12 jan. 2024.